

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI**, localizado na Rua Dom José Costa Campos, nº. 142, Bairro Centro, Valença-RJ, com fornecimento de materiais necessários (equipamentos, peças, materiais de consumo, insumos e mão de obra), conforme memorial descritivo/cálculo e projetos anexos ao Edital.

O presente Termo de Referência, visa contratar empresas de engenharia, com a habilitação requerida em execução de obras conforme escopo, sendo requisitos mínimos necessários para recepção da proposta a ser formulada, bem como definir as diretrizes a serem observadas para a execução dos serviços acima referenciados, a contratação será realizada, por meio do processo análogo a licitação seguindo os ritos da modalidade Concorrência tipo "Menor Preço" contemplando valor global, sob o regime de execução de empreitada, em conformidade com a Lei de Licitações e contratos nº 14.133/21 e suas alterações.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A crescente demanda por serviços de internação, aliada à necessidade de oferecer um atendimento mais seguro e humanizado, torna imperativa a ampliação da oferta desse serviço pelo Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi – HELGJ.

A reforma do HELGJ representa uma iniciativa estratégica com impacto direto na melhoria da qualidade da assistência à saúde no Estado do Rio de Janeiro. Destacamos nossa relevância por meio das atividades assistenciais realizadas, do número de leitos disponibilizados ao SUS, das áreas físicas e metragens correspondentes, além da diversidade do perfil da população atendida. Tais indicadores evidenciam nosso compromisso com a saúde e o bem-estar da comunidade de Valença-RJ e região.

Este projeto deixará um legado duradouro para o SUS e para a população local, permitindo que o HELGJ continue a cumprir sua missão institucional de prestar serviços de saúde com excelência, equidade e solidariedade.

3. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

3.1 O escopo dos serviços compreende o fornecimento de pessoal técnico qualificado, equipamentos, peças, materiais de consumo, insumo e mão de obra, bem como dos demais recursos necessários e especificados, para a execução da reforma Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi.

Os serviços deverão ser executados pela empresa CONTRATADA, por meio da adoção de metodologias que garantem o seu desenvolvimento de maneira eficiente e em

conformidade com o orçamento, padrões de qualidade e cronograma pactuado. Além disso, os serviços deverão obedecer às condições especificadas neste Termo de Referência e projetos.

O escopo dos serviços compreende a execução dos serviços abaixo relacionados e demais serviços conexos, **conforme este Termo de Referência:**

Reforma da Unidade Funcional de Internação - Internação Geral (Adulto)

Serviços que serão Realizados:

- Pintura de paredes; Troca de luminárias;
- Troca de louças e metais; Troca de esquadrias;
- Troca de forro (em áreas específicas);
- Execução de paredes de drywall (em diversos ambientes);
- Troca de instalações hidrossanitárias (em diversos ambientes);
- Troca de instalações elétricas (em diversos ambientes);
- Instalação de novos pontos de elétrica (em área de prescrição médica);
- Troca de bancadas (na sala de serviço).

Ambientes que serão Reformados:

- Posto de Enfermagem;
- Sala de Serviço;
- Área para Prescrição Médica;
- Quarto de Adulto - Isolamento / Banheiro Isolamento;
- Enfermaria de Adulto;
- Áreas ou Antecâmeras de Acesso ao Quarto de Isolamento (5 áreas);
- Salas de Aula (2 salas).

Reforma da Unidade Funcional de Internação - Apoio a Baixa e Média Complexidade

Serviços que serão Realizados:

- Pintura de paredes;
- Troca de instalação elétrica;
- Troca de luminárias;
- Troca de esquadrias; Troca de forro (em diversos ambientes);
- Troca de louças e metais (em diversos ambientes);
- Troca de instalações hidrossanitárias (em diversos ambientes);
- Abertura e fechamento de portas (em sanitários e banheiros);
- Execução de paredes de drywall (em sala de estar);
- Confecção de armários de MDF (em rouparias);
- Troca de bancada (em copa de distribuição).

Ambientes que serão Reformados:

- Sanitários para Público - Masculino e Feminino (2 sanitários);
- Sala Administrativa; Rouparias (3 rouparias);
- Banheiros para Pacientes (9 banheiros); Sanitário para Funcionários;
- Sala de Estar para Pacientes, Acompanhantes e Visitantes;
- Depósito de Equipamentos e Materiais;
- Copa de Distribuição.

Hidrossanitário - banheiros:

Troca de conexões, válvulas e registros que estejam com vazamentos ou defeitos. Troca de chuveiros, torneiras, misturadores, sifões, entre outros. Troca de sistemas de tratamento de esgoto, como fossas sépticas e filtros. Substituição de vasos sanitários, pias, lavatórios, bidês e mictórios Hidrossanitário - Outros espaços: Substituição de canos de água potável, esgoto e águas pluviais que estejam danificados, corroídos ou inadequados. Troca de conexões, válvulas e registros que estejam com vazamentos ou defeitos. Troca de sistemas de tratamento de esgoto, como fossas sépticas e filtros anaeróbios. Elétrica: Substituição de fios e cabos elétricos que estejam desgastados, danificados ou subdimensionados. Substituição de disjuntores e fusíveis para garantir a proteção adequada contra sobrecargas e curtos-circuitos. Troca de tomadas e interruptores que estejam defeituosos, desgastados ou fora das normas de segurança. Substituição de luminárias e lâmpadas, especialmente ao mudar para tecnologias mais eficientes, como LEDs.

A fim de se atingir o resultado esperado com a contratação, a contratada deverá seguir e executar os **PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CADERNOS DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PLANILHA DE ORÇAMENTO.**

3.2. Projetos e documentos disponibilizados

Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com os documentos e projetos relacionados, parte integrante deste Termo de Referência:

Documentos diversos:

- a) Planilha orçamentária;
- b) Memorial Descritivo;
- c) Memória de Cálculo;
- d) Cronograma Físico-Financeiro.
- e) Projetos Arquitetônicos
- f) Projeto elétrico
- g) Projeto hidráulico

4. DA VISTORIA TÉCNICA

4.1 A vistoria técnica ao local de execução da reforma do Hospital Escola Luiz Gioseff Jannuzzi é obrigatória, para participação do processo licitatório, sendo a visita oportunidade para que cada empresa avalie todas as condições das edificações e como os trabalhos serão realizados, bem como esclarecer qualquer dúvida que necessite para elaboração de estratégia de custos e logística de obra, levando em conta suas peculiaridades e dificuldades, já que a obra será executada sem a interrupção de serviços do Hospital.

4.2 Poderão ser feitas tantas visitas técnicas quantas cada interessado considerar necessário. As visitas devem ser previamente agendadas através do e-mail lourenco.tavares@faa.edu.br, devendo ser realizadas até o 5º dia útil que anteceder à sessão pública.

5. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O prazo de execução da obra será de 04 (quatro) meses e o de vigência do contrato será de 15(quinze) meses, contados do recebimento da ordem de serviços pelo CONTRATADA.

6. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. O valor estimado da obra é de R\$1.346.247,00(um milhão, trezentos e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais).

A Planilha Orçamentária foi concebida inicialmente pelo resultado dos quantitativos de serviços necessários à execução do objeto, extraídos do Projeto Básico/Executivo. Para a composição dos serviços e seus respectivos preços, foi utilizada a Tabela de Referências de Preços da SINAPI com data base de 02/2025.

7. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

8. DO PLANEJAMENTO GERENCIAL DAS OBRAS

8.1 O gerenciamento das atividades será balizado por meio de reuniões integradas, em data pré-fixada semanalmente e sempre que a FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO julgar necessário.

9. REUNIÕES INTEGRADAS NO CANTEIRO DE OBRAS

9.1. Após a emissão da Ordem de Início dos serviços, a FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO promoverá reunião para definição de diretrizes com a CONTRATADA, que receberá informações gerais sobre o escopo dos trabalhos e esclarecimentos sobre os procedimento e padrões a serem adotados na execução das obras.

9.2. A CONTRATADA deverá fazer um planejamento eficaz para a execução das obras, visando evitar desperdícios de recursos e desvios de metas, ou pelo menos minimizar diversas situações de risco, garantindo o cumprimento das metas de prazo e custos previstos para o empreendimento, atendendo aos padrões de qualidade e desempenho desejados.

As reuniões no Canteiro de Obras obedecerão ao seguinte roteiro:

A) Planejamento Periódico da Obra

- Análise das frentes de serviço liberadas e constatação das quais estão sendo trabalhadas.

- Análise das atividades impedidas de serem trabalhadas e os motivos desse impedimento, com o relato das providências que serão tomadas para a superação do problema.

B) Alterações nos Projetos, se for o caso

Registrar as pequenas alterações porventura realizadas na execução dos serviços. No caso de grandes alterações deverá ser verificado o prazo de entrega da nova solução e o responsável pela Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/RJ. Ao final da obra deverá ser entregue os projetos As Built.

C) Interferências Climáticas

Analisar as interferências das chuvas no desenvolvimento das atividades, anotando no Diário de Obra os problemas por ela causados.

D) Segurança do Trabalho

Cumprir todas as exigências pertinentes ao objeto da contratação, impostas pela Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977, modificada pela Lei 7.855, de 24 de outubro de 1989, e pelas Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho.

9.3 DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto.

9.1.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

9.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

9.3. A CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

9.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Contratante ou de colaborador que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

10. SINALIZAÇÕES

10.1. Quando da instalação do canteiro de obras, a Contratada deverá confeccionar e instalar, a critério da fiscalização, placas identificadoras das obras, estritamente de acordo com o modelo fornecido pela fiscalização.

10.1.1. As placas de identificação da Contratada e de eventuais subcontratadas deverão ter suas dimensões submetidas à aprovação da fiscalização, que determinará, também, o seu posicionamento no canteiro de serviços.

10.1.2. É de responsabilidade da contratada os avisos necessários aos isolamentos dos locais com intervenção em execução, alertando aos visitantes, usuários e funcionários áreas que estejam oferecendo algum tipo de risco ou que estejam temporariamente impedidas de uso.

11. SERVIÇOS DE DEMOLIÇÕES E RETIRADA

11.1 As demolições devem respeitar as normas e legislações vigentes que tratam deste tema, com todos os meios de segurança previstos.

11.2. As retiradas de materiais inertes ou que, devido à suas características não possam se compactados ou não tenham uso em nenhum local de reaproveitamento, deverão ser levados para locais certificados comprovados com a entrega CDFs - Certificados de Destinação Final, para as medições que englobem esta atividade.

11.3. Os descartes especiais deverão respeitar as suas especificidades e serem encaminhados aos destinos corretos, também sendo comprovados a partir dos certificados.

11.4. Os entulhos provenientes das retiradas não poderão ficar em nenhum momento espalhados pelas áreas do Hospital, devendo ser imediatamente levados

ao local em que serão compactados ou mantidos em caçambas ou sacos até destinação definitiva.

12. DAS NORMAS AMBIENTAIS

12.1. A Contratada deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando pelos danos causados ao meio ambiente, por ação ou omissão, decorrentes da execução do contrato e condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental competente, nos termos da legislação pertinente.

12.2. A Contratada responderá pelos crimes ambientais que praticar nos termos da legislação vigente.

13. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1 O gerenciamento desta contratação ficará a cargo do Lourenço Tavares, o qual deverá dirimir quaisquer dúvidas surgidas no curso de sua execução, exercendo em toda sua plenitude ação fiscalizadora.

13.2 A fiscalização desta contratação ficará a cargo da Coordenação de Engenharia

Hospitalar que deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

13.3 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e normas legais.

13.4 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

13.5 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.6 A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Fundação ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

13.7 Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

13.7.1 A inadimplência do CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Fundação a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

13.8 As comunicações entre a Fundação e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

14.2 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

14.3 Analisar e aprovar o projeto das instalações provisórias e canteiro de serviço apresentados pela Contratada no início dos trabalhos.

14.4 Indicar o local de instalação da placa da obra, verificar a sua instalação no prazo estabelecido.

14.5 Acompanhar as condições de organização, segurança dos trabalhadores e das pessoas que transitam no canteiro da obra, de acordo com norma própria (ABNT), exigindo da Contratada as correções necessárias.

14.6 Exigir da Contratada o uso por todos os seus operários, bem como dos seus prestadores dos serviços contratados, de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), compatíveis com os serviços em execução e de acordo com a legislação vigente.

14.6.1 Exigir da Contratada, quando do início dos serviços, o envio dos documentos relativos ao cumprimento das normas de segurança do trabalho, sendo:

I. PGR vigente;

- II. PCMSO vigente;
- III. Cartões de Vacina atualizados de todos os prestadores de serviço que atuarão na instituição;
- IV. Certificados de Treinamentos Aplicáveis. Ex: Trabalho em Altura (NR35), Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (NR10), etc;
- V. Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), evidenciando que os colaboradores estão aptos a exercerem suas atividades, incluindo as atividades especiais (NR 35, NR 33, NR 10, etc);
- VI. Ficha de Registro dos funcionários na empresa prestadora de serviço;
- VII. Ficha de Distribuição de EPIs atualizadas, de todos os prestadores de serviço que atuarão na instituição.

14.6.2 Esta exigência se aplicará aos subcontratados pela Contratada

14.7 Providenciar as necessárias licenças, aprovações e registros específicos junto aos órgãos competentes, inclusive quando houver necessidade de execução de serviços de desmatamento; cortes de árvores.

14.8 Acompanhar todas as etapas de execução e liberar a etapa seguinte.

14.9 Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços e obras em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da Contratada com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pela Contratante.

14.10. Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, sempre com a participação e anuência de um colaborador especialmente designado pela FUNDAÇÃO, solicitando, quando necessário, a presença dos autores dos projetos no canteiro da obra.

14.11 Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras.

14.12 Paralisar e/ou solicitar que seja feito qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato.

14.13 Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições.

14.14 Exigir da Contratada a substituição dos profissionais, caso seja constatada a sua inadequação para conduzir os serviços conforme especificado, ou exigir maior número de profissionais ou equipamentos para recuperar atrasos de cronograma.

14.15 Aplicar as sanções previstas neste edital.

14.16 Consultar os órgãos/concessionárias de serviço sobre a capacidade de atendimento à obra/serviço pelas redes públicas de energia elétrica, água e esgoto.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. São obrigações da Contratada, sem prejuízo de outras implícitas nos Anexos do

Edital de Licitação:

15.2. Iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 20(vinte) dias corridos, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Início dos serviços.

15.3. Permitir e facilitar o pleno exercício das funções da FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO.

15.4. Acatar toda orientação advinda da FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO com relação à obra/serviço.

15.5. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório, em especial a equipe de técnicos, indicada para fins de capacitação técnica profissional, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela FUNDAÇÃO.

15.6. Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às disposições do Edital de Licitação e do Contrato, às Normas Técnicas aplicáveis, às Especificações Técnicas, aos Projetos.

15.7. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, civis, previdenciários e trabalhistas, decorrentes da execução do Contrato.

15.8. Ser responsável civil pela obra/serviço e manter a frente dos trabalhos o(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) na licitação da obra, que deverá ter todo poder para representá-la junto da FUNDAÇÃO.

15.9. Programar, quando solicitado, visita ao local da obra/serviço, em conjunto com a FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO.

15.10. Manter no local da obra o “Diário de Obras” atualizado, no qual deverão ser feitas anotações diárias referentes às particularidades e ocorrências da obra, reclamações, advertências e questões de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes, bem como, sobre o andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão de obra, etc, registrando, em especial: Pessoal efetivo, descrevendo a quantidade e função. Descrição das atividades e frentes de serviço em desenvolvimento. Equipamentos disponíveis. Avanço físico da obra. Registros de ensaios de qualidade dos materiais empregados. Registros quanto as ações de Segurança do Trabalho. Anotações do Responsável Técnico da obra. Anotações da FISCALIZAÇÃO da Fundação Dom André Arcoverde. Informações climáticas. Acidentes de trabalho, e outros.

15.11. Apresentar a FUNDAÇÃO, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contado a partir da data estabelecida na Ordem de Início dos serviços, a Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) de execução da obra junto ao CREA/RJ ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU BR.

15.12. Apresentar a FUNDAÇÃO, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contado a partir da data estabelecida na Ordem de Início dos serviços, o comprovante da matrícula no Cadastro Nacional de Obras (CNO), conforme Instrução Normativa IN RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018, da Receita Federal do Brasil.

15.13. Analisar os projetos e, uma vez identificada quaisquer inconformidade e/ou incompatibilidade, comunicar a FUNDAÇÃO, no prazo de até 03 (Três) dias corridos, contado da data de recebimento da Ordem de Início dos serviços, para adoção, em tempo hábil, das providências cabíveis.

15.14. Encaminhar a FUNDAÇÃO, quando identificada a necessidade da prorrogação do prazo de execução da obra, solicitação de aditivo ao Contrato, até 90 (noventa) dias corridos antes do seu vencimento, mediante apresentação formal de motivos estritamente técnicos ou supervenientes que a justifiquem, acompanhado do novo prazo proposto, para análise e aprovação.

15.15. Executar todo e qualquer serviço extra, alterações de projetos ou especificações, somente após a formalização do respectivo termo aditivo, salvo os de emergência, necessários à estabilidade ou segurança da obra, do pessoal nela envolvido, ou de edificações vizinhas, comunicando imediatamente à FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO sobre o fato.

15.15.1. Tais serviços somente serão aceitos como de emergência se assim forem caracterizados posteriormente pela FUNDAÇÃO e serão medidos e quantificados de acordo com a qualificação de mão de obra e quantidade de materiais e equipamentos utilizados, sempre de acordo com as especificações, normas e procedimentos da Fundação Educacional Dom Andre Arcoverde.

15.16. Comunicar à FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO a ocorrência de quaisquer atos, circunstâncias ou anormalidades, que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias.

15.17. Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO.

15.18. Cumprir as normas de proteção à saúde e segurança dos trabalhadores e de terceiros no perímetro da obra.

15.19. Determinar o uso obrigatório, por todos os seus operários, bem como dos prestadores dos serviços contratados, de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), compatíveis com os serviços em execução e de acordo com a legislação vigente.

15.19.1. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA o custo desses Equipamentos.

15.20 Enviar à Fundação, no prazo de até 05(cinco) dias de antecedência do início da execução dos serviços os seguintes documentos:

- I. PGR vigente;
- II. PCMSO vigente;
- III. Cartões de Vacina atualizados de todos os prestadores de serviço que atuarão na instituição;
- IV. Certificados de Treinamentos Aplicáveis. Ex: Trabalho em Altura (NR35), Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (NR10), etc;
- V. Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), evidenciando que os colaboradores estão aptos a exercerem suas atividades, incluindo as atividades especiais (NR 35, NR 33, NR 10, etc);
- VI. Ficha de Registro dos funcionários na empresa prestadora de serviço;
- VII. Ficha de Distribuição de EPIs atualizadas, de todos os prestadores de serviço que atuarão na instituição.

15.21. Manter seus empregados, quando nas dependências da FUNDAÇÃO, devidamente identificados com crachá subscrito pela Contratada.

15.22. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e

estabilidade dos serviços que executar, respondendo pela exatidão dos estudos, cálculos e sejam eles fornecidos ou não pela FUNDAÇÃO.

15.23. Executar qualquer atividade, trabalho ou serviços noturnos ou em horários especiais **somente com autorização prévia** da FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO.

15.23.1. O trabalho noturno não será considerado ônus da FUNDAÇÃO, cabendo à Contratada absorver esse custo adicional.

15.23.2. A obra será executada em um Hospital que estará em pleno funcionamento. Portanto, é imprescindível que a Contratada planeje e organize a execução dos serviços de forma a minimizar os impactos nas atividades hospitalares. A obra deverá ser executada em etapas, planejada em conjunto com a Contratante, garantindo a continuidade dos serviços de saúde.

15.23.3. A Contratada deverá prever a realização de atividades construtivas em horários noturnos, finais de semana e feriados, sempre que necessário, para evitar a interrupção dos serviços de saúde e minimizar o incômodo aos pacientes, funcionários e visitantes do Hospital.

15.24. Providenciar toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de resguardar a integridade dos serviços executados e evitar qualquer tipo de acidente.

15.25. Armazenar os materiais empregados na obra em local apropriado e organizado, de forma a evitar a sua contaminação, inclusive a do meio ambiente, de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação do material e a não provocar empuxos e sobrecargas excessivas nas estruturas.

15.26. Remover o entulho, lixo e todos os materiais que sobrarem, promovendo a limpeza do local da obra, durante todo o período de sua execução e, especialmente, ao seu final, dando destinação em conformidade com as exigências legais.

15.27. Responsabilizar-se pela gestão dos resíduos decorrentes da execução da obra, em conformidade com a Resolução do CONAMA nº 307/2002, cuidando do transporte dos materiais inaproveitáveis e entulhos, resultantes de escavações, perfurações e demolições, quer no local da obra, quer para outro local.

15.28. A Contratada deverá implementar todas as medidas necessárias para assegurar a salubridade e segurança dos ambientes hospitalares durante a execução da obra. Isso inclui, mas não se limita a:

- a. Isolamento eficaz das áreas em obra para prevenir a dispersão de poeira e detritos.
- b. Controle rigoroso de ruídos para minimizar o impacto sobre os pacientes e funcionários.
- c. Limpeza e organização contínua do canteiro de obras e das áreas adjacentes.
- d. Adoção de barreiras físicas e sistemas de ventilação adequados para evitar a contaminação dos ambientes hospitalares.

15.28.1. Todas as medidas adotadas pela Contratada deverão estar em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Controle de Infecção Hospitalar da FUNDAÇÃO. A Contratada deverá seguir rigorosamente os protocolos de controle de infecção hospitalar para garantir um ambiente seguro e salubre para pacientes,

funcionários e visitantes.

15.28.2. A Contratada deverá realizar monitoramento e avaliação contínuos das condições de salubridade e segurança nas áreas em obra e nos ambientes adjacentes. Quaisquer desvios ou não conformidades deverão ser corrigidos imediatamente, com a devida comunicação à FUNDAÇÃO e à equipe de fiscalização.

15.28.3. A Contratada deverá garantir que todos os seus funcionários e subcontratados envolvidos na execução da obra sejam devidamente orientados sobre as práticas de segurança e salubridade, conforme as normas da FUNDAÇÃO. Orientações específicas deverão ser realizadas para reforçar a importância dessas medidas.

15.29. Manter vigilância na obra e assegurar até o seu recebimento pela FUNDAÇÃO, a proteção e conservação de tudo que já tiver sido executado.

15.30. Responsabilizar-se por danos e prejuízos causados a pessoas e propriedades em decorrência dos trabalhos de execução de obras e instalações, correndo às suas expensas sem responsabilidade ou ônus algum para a FUNDAÇÃO, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

15.31. Desenvolver, simultaneamente à execução dos serviços, o Projeto As Built - como construído - com todas as especificidades e alterações promovidas no projeto original da obra se for o caso.

15.31.1. Entregar ao final da obra, como condição para liberação da medição final, o Projeto As Built consolidado e completo, sendo 02 (duas) vias em meio magnético e 01 (uma) cópia plotada e assinada pelo responsável técnico da Contratada.

15.31.2. No caso de não haver nenhuma alteração, a Contratada apresentar declaração, de que a obra foi executada integralmente em conformidade com o Projeto original.

15.32. Providenciar, tão logo a obra seja concluída, a baixa da matrícula no Cadastro Nacional de Obras (CNO), da Receita Federal do Brasil.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

16.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à FUNDAÇÃO;

16.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro dos prazos estipulados neste edital;

16.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem

motivo justificado;

16.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

16.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I- Advertência;

II- Multa;

III- Impedimento de licitar e contratar com a Fundação;

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Fundação.

16.3 A sanção de advertência será aplicada na hipótese do cometimento da infração prevista no item 20.1.1.

16.4 A sanção de multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com as demais penalidades, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

16.5 A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Fundação será aplicada na hipótese do cometimento das infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3, 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, e 16.1.7

16.6 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Fundação será aplicada na hipótese do cometimento das infrações previstas nos itens 16.1.8, 16.1.9, 16.1.10 e 16.1.11.

16.7 Previamente à aplicação das sanções previstas nos itens II, III e IV, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7.1 Para análise da aplicação das sanções previstas nos itens III e IV, a Comissão de Contratação instaurará processo de responsabilização, que avaliará os fatos e as circunstâncias conhecidos, devendo o interessado especificar as provas que pretende produzir.

16.8 . A multa será cobrada da seguinte forma:

a) Retido dos pagamentos firmados com a contratada, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com a CONTRATADA;

b) Descontado do valor da garantia prestada;

c) Cobrado judicialmente.

16.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS

17.1 A obra deverá ser executada, **obedecendo** a planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e projetos.

17.1.1. Os serviços/materiais serão medidos, conforme executados e estejam de acordo com as especificações técnicas e o cronograma físico financeiro do contrato.

17.1.2. Os serviços/materiais não aceitos pela Fiscalização não serão objeto de medição.

17.1.3. As medições serão elaboradas considerando os serviços executados mensalmente pela Fiscalização, com a participação da Contratada, exceto a primeira e a última medições, que poderão ter períodos proporcionais às datas de início e término da obra, ou aquelas realizadas antes e depois de uma possível suspensão temporária dos serviços.

17.1.4 A medição dos serviços e obras deverá ser baseada em relatórios periódicos elaborados pela CONTRATADA, onde serão registrados os levantamentos, memória de cálculo e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados no mês e o acumulado desde o início da obra, bem como a indicação dos setores e áreas do empreendimento em que o serviço está sendo aferido.

17.1.4.1 Este relatório deve conter evolução do cronograma, lista detalhada dos materiais utilizados durante o período de medição, bem como Relatório Fotográfico com legendas que permitam verificar a execução das etapas previstas.

17.1.5 A Administração Local (AL) será medida proporcionalmente ao valor de cada medição de serviços efetivamente executados.

17.1.6 Em nenhuma hipótese poderá haver:

17.1.6.1. Antecipação de medições de serviços; ou

17.1.6.2 Medição de serviços sem a devida cobertura contratual.

17.2 O pagamento será efetuado rigorosamente de acordo com o cronograma Físico-Financeiro, após as certificações do serviço executado. O respectivo pagamento será efetuado através de depósito bancário na conta corrente indicada pela **CONTRATADA**.

17.3 - O prazo máximo para a efetivação do pagamento de cada parcela será de até 30 (trinta) dias após a conclusão e aceite das etapas executadas, mediante apresentação de Fatura/Nota Fiscal, devidamente discriminada, que será conferida e atestada pela Comissão Técnica designada para recebimento do(s) serviço(s).

17.4 O pagamento de cada parcela estará condicionado à apresentação das certidões de regularidade junto ao INSS, FGTS, bem como perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

17.5 - A última parcela ocorrerá quando do recebimento definitivo do empreendimento CONTRATADA, mediante apresentação da Nota Fiscal de Serviços, devidamente atestada pelos Responsáveis Técnicos da **CONTRATANTE** e prova da

manutenção das condições de habilitação previstas neste edital.

17.6. Nenhum pagamento será efetuado à Licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

18. DO RECEBIMENTO DA OBRA

18.1. O objeto será recebido (artigo 140, *caput*, da Lei nº 14.133/2021):

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) Definitivamente, pela comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

18.2. O recebimento provisório acontecerá imediatamente após o final da obra

18.2. O recebimento definitivo acontecerá em até 30 (trinta) dias consecutivos contados do recebimento provisório.

18.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

18.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

18.5. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão determinados conforme o Termo de Referência.

18.6. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do CONTRATADA (art. 140, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

18.7. O recebimento definitivo pela FUNDAÇÃO não eximirá o CONTRATADA, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o CONTRATADA ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art.140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

19. DOS RECURSOS FINANCEIROS

19.1 A presente contratação será custeada com os recursos financeiros provenientes do Contrato de Repasse nº 960397/2024/MS/CAIXA, celebrado entre a Fundação Educacional Dom André Arcoverde e Ministério da Saúde/Caixa Econômica Federal.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 A licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Fundação revogá-la por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, pela própria Fundação ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.2 . A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.3. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Contratação, com observância da legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021.

20.4. Esta Concorrência Presencial poderá ter a data de abertura da sessão pública alterada por conveniência da FUNDAÇÃO.

20.5. Todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato será de propriedade da FUNDAÇÃO, sendo proibida a reprodução ou divulgação, no todo ou em parte desse acervo, sem prévia autorização.

20.6 Incumbirá à Fundação a publicação deste edital no DOU, para ampla publicização deste edital.

20.7. Fica escolhido como foro para dirimir qualquer demanda existente a Comarca de Valença/RJ.

Valença, 29 de Agosto de 2025.

Antônio Carlos Dahbar Arbex
Diretor de Infraestrutura da FAA